



PS
BRAGA

Comunicados de imprensa
Julho 2018

Num debate sobre habitação

Helena Roseta: “Jovens totalmente bloqueados”

Num debate sobre habitação

Helena Roseta: “Jovens totalmente bloqueados”

A arquitecta e deputada Helena Roseta desafiou, quarta-feira, em Braga, os socialistas a saírem da caixa de soluções para a habitação que não deram resultado para os jovens deste país e da Cidade dos Arcebispos. Para ela, “os jovens estão totalmente bloqueados no direito à habitação, devido aos preços do arrendamento e ao trabalho precário e mal pago”.

Numa iniciativa da Comissão Política concelhia do PS, nos jardins da Casa dos Coimbras, a promotora da nova Lei de Bases da Habitação, em debate público até ao fim deste mês, defendeu a autonomia do poder municipal na definição destas políticas.

Ana Paula Morais, em nome da Federação do PS, elogiou esta acção de esclarecimento dinamizada pela Comissão Política Concelhia de Braga, liderada por Artur Feio, onde participaram autarcas das freguesias, vereadores e o deputado Hugo Pires.

Com a lição bem estudada, Helena Roseta começou por reafirmar que o Direito à Habitação está consagrado no art. 65 da Constituição Portuguesa e necessita de ser conciliado com o Direito à Propriedade (no caso do arrendamento) porque este deve ter uma função social.

De facto, lembrou, “existem muitas casas sem gente e muita gente sem casa, dado que muitas estão por habitar e muitas pertencem a emigrantes”. Citando dados de Fevereiro deste ano, a deputada socialista lembrou que existem 26 mil famílias com carências graves de habitação, num país que hoje tem mais casas que famílias e todos pensam que o problema está resolvido”.

De facto, entre 1970 e 2011, o número de habitações passou de 2,7 para 5,9 milhões, tornando Portugal num “país de proprietários”. Se em 1970 tínhamos 46% de inquilinos, em 2011, temos 25% que vivem em casa arrendada e 75% em casa própria mas metade dos proprietários paga empréstimo, ou seja, são inquilinos da banca”.

Portugal tentou transpor uma diretiva europeia mas não conseguiu: “hoje, estás a pagar ao banco a prestação mas não podes alugar a casa. A Banca não aceita. Então, por que não é a banca a pagar o IMI, as despesas de condomínio e as despesas de manutenção?” — perguntou Helena Roseta, dando conta de algumas contradições portuguesas.

Acresce que esta dívida das famílias aos bancos conta para a dívida do país e “se olharmos para os números, os encargos de uma família com o empréstimo bancário para aquisição de casa desceram mas os encargos com o arrendamento de casa subiram”.

De acordo com número do FMI, em 2017, Portugal é o terceiro país do mundo em queda no crédito à habitação mas quando se analisa o aumento do preço da habitação, Portugal é o quinto país mais caro do mundo e os nossos salários não são os quintos maiores do mundo”.

O peso do custo da habitação subiu nas despesas das famílias (de 25 para 32 %) enquanto as outras (transportes, ensino, saúde e equipamentos para o lar) estagnaram”.

Helena Roseta revelou que 35% das famílias portuguesas gastam mais de 40% do seu rendimento na habitação (arrendamento) e existem desigualdades no arrendamento: 50% dos mais pobres tiveram de pagar mais 40% do seu rendimento enquanto os ricos não viram essa despesa aumentar” enquanto a classe média teve uma sobrecarga de 20%.

“Um Partido Socialista digno deste nome não pode deixar de estar preocupado com esta situação em que a classe média se encontra entalada no acesso ao crédito para a habitação”.

O PS deve atender também às desigualdades regionais — assegura Helena Roseta que se socorre do INE para revelar que o preço de construção por metro quadrado é de 1500 euros a nível nacional, mas em Braga é de apenas 650-700 euros. Estes números de Dezembro mostram que em Lisboa o preço por metro quadrado sobre para os 2400 euros enquanto em Gaia é de 800 euros, em Coimbra de 1200 euros e na Amadora de mil euros, ao passo que no Porto já atinge os 1300 euros.

Jovens bloqueados

É neste cenário que a arquitecta Helena Roseta afirma: “os jovens portugueses, a geração melhor qualificada, estão totalmente bloqueados e o PS tem de encontrar uma solução. Eles não podem aceder a esse direito constitucional por causa dos preços do arredamento e devido às condições de trabalho precário e mal remunerado”.

Setenta por cento dos jovens com trinta anos vivem com os pais e o Estado está de mãos atadas porque apenas dois por cento da habitação pertence ao Estado (autarquias incluídas). O resto são propriedade privada num momento em que a reabilitação leva à desertificação das cidades e o turismo faz subir os preços.

“Que fez o Estado, entre 1987 e 2011? Pergunta a deputada do PS que esclarece: “gastou 73% na bonificação de juros, gastou 4,2% no realojamento (em Lisboa e Porto), 8,4% no arrendamento e apenas construiu dois por cento de habitações”.

Outro número curioso apontado por Helena Roseta contraria uma certa opinião publicada dominante: “apenas 0,5 por cento dos inquilinos não paga as rendas e é por isso que foi aprovada a suspensão dos despejos de pessoas com mais de 65 anos ou com deficiência”.

No seu entender, trata-se de uma luta como a de David contra Goliás, ou seja, das Câmaras e do Estado contra o Mercado. Este mercado é hoje internacional, sem rosto, abutre e é difícil fazer frente a esta desregulação. Helena Roseta admite o esforço do actual Governo com algumas medidas que “ainda não estão no terreno” mas tem de fazer mais. Em Portugal, o Estado gasta apenas cem milhões de euros com a Habitação, investe seis mil milhões no ensino e dez mil milhões na saúde. “São todos direitos constitucionais, mas desiguais no investimento”.

Chegados aqui, Helena Roseta justificou a urgência da Nova Lei de Bases da Educação, de que é uma das autoras, que atribui um papel central às políticas públicas de habitação, através de um programa local que construa mais casas para baixar os preços, “porque é o que tem falhado, porque se limita a algumas medidas fiscais, a subsídios ao arrendamento que é pernicioso pois faz subir o preço das rendas”.

Depois há a regulação, “fundamental para um partido que é socialista. O mercado não se regula sozinho”, concluiu Helena Roseta elogiando a política visionária de Mesquita Machado ao “municipalizar solos para a construção de habitação”.

Ter os jovens no coração e Braga no coração dos jovens

Seguiu-se um participado debate com militantes e outros bracarenses, em que foram defendidas propostas como a “requisição de imóveis devolutos para arrendamento aos jovens”, num concelho que tem o “dobro da taxa de natalidade face à média nacional”.

Helena Roseta corroborou a ideia porque a Habitação para os jovens é “uma prioridade nacional, devido á demografia e por uma questão de justiça geracional. É o tempo em que urge uma solução, sabendo que a propriedade tem uma função social e o solo urbano é escasso”. “Braga tem de encontrar novas soluções” — desafiou Helena Roseta, dando algumas sugestões que devem apoiar-se no conhecimento que as Juntas de Freguesia, pela sua proximidade, proporciona.

No seu entender, o PS de Braga tudo deve fazer para “ter os jovens no coração e ter Braga no coração dos Jovens”, criando um movimento de opinião que contrarie os dogmas de alguns tecnocratas que dominam o aparelho de estado e são um garrote do poder local.

“O PS de Braga deve ser um laboratório para fazer propostas inovadoras, para olhar para a frente, acelerar a demografia e acolher os jovens e o conhecimento da Universidade sobre estes assuntos”.